

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

SIMONE STRIEDER

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CURSOS EM EAD, POR QUE
EVADIR?**

**Porto Alegre
2010**

SIMONE STRIEDER

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CURSOS EM EAD, POR
QUE EVADIR?**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Especialista em
Mídias na Educação, pelo Centro
Interdisciplinar de Novas Tecnologias na
Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul – CINTED/UFRGS.

**Orientador(a):
Cristiani de Oliveira Dias**

**Porto Alegre
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Aldo Bolten Lucion

**Diretora do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na
Educação:** Profa. Rosa Maria Vicari

**Coordenador(as) do curso de Especialização em Mídias na
Educação:** Profas. Rosa Vicari e Liane Margarida Rockenbach Tarouco

DEDICATÓRIA

“Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonha juntos é o começo da realidade.” (Dom Quixote)

Dedico este trabalho a todos que sonharam comigo, tornando este sonho realidade: família, amigos, colegas de trabalho, professores e tutores do curso e demais colaboradores.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Por estar presente no meu caminho, fazendo-me acreditar em minha força e me conduzindo para a plenitude de minhas ações.

A minha família,

Pelo encorajamento e apoio dados nos momentos difíceis que surgiram, dividindo angústias e realizações.

Aos meus amigos,

Os quais foram ouvintes atentos e solidários, tornando esse momento de minha vida especial.

Aos professores e tutores do curso,

Que me acompanharam e me orientaram nessa jornada, acrescentando conhecimento a minha vida intelectual e pessoal.

Aos colegas de profissão,

Que se mostraram disponíveis em colaborar com meu trabalho.

A minha professora orientadora, Cristiani Dias de Oliveira,

Pela paciência e atenção dedicadas a mim, bem como pelas importantes contribuições e sugestões dadas para o aperfeiçoamento do meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as causas da evasão em um curso de formação de professores, na modalidade a distância, em nível de Pós-Graduação, *Lato-sensu*, oferecido pelo Governo Federal.

Inicialmente, apresenta uma revisão teórica, envolvendo o documento “Referenciais para a Formação de Professores”, analisando a atuação dos professores e a importância de sua formação inicial e continuada. Logo após, faz referência sobre a EAD: surgimento, evolução, legislação e cursos oferecidos nessa modalidade pela SEED/MEC.

Em seguida, busca, através da metodologia qualitativa, apresentar uma amostragem dos motivos da evasão do curso, coletada por meio de um questionário composto por uma série de seis questões abertas. A amostra foi composta por dezoito professores cursistas, todos da Rede Municipal de Ensino de Portão/RS, que interromperam o curso antes de concluí-lo.

Dessa forma, com os resultados obtidos, espera-se contribuir para que cursos oferecidos nessa modalidade possam elaborar estratégias com o objetivo de reduzir a evasão.

Palavras-chave: Formação de Professores – Educação à Distância – Evasão.

ABSTRACT

The present work aims to analyse the causes of the evasion in a distance learning course of teachers' formation, *Lato-sensu* Post graduation level, offered by the Federal Government.

Initially, this study presents a theoretical revision, including the document "Referential systems for the Teachers' Formation", analyzing the teacher's actuations and the importance of their initial and continued formation. Then, it makes reference about the DLC (Distance Learning Course): appearance, evolution, legislation and courses offered in this area by the Department of Distance Education/ Ministry of Education.

Based on qualitative methodology, this work intended to summarize and describe the main reasons of evasion in teacher's courses formation. These data were collected through one questionnaire composed by six open questions made to eighteen teacher students, everybody from the Municipal Group of Education of Portão/RS, which interrupted the course before it has ended.

The results obtained can contribute in order to help courses in this field to elaborate strategies with the objective to reduce the evasion.

Keywords: Teachers' Formation – Distance Learning Course - Evasion

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AbraEAD	Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
DITEC	Departamento de Infra-estrutura Tecnológica
DOU	Diário Oficial da União
CEEs	Conselhos Estaduais de Educação
EAD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IES	Instituição de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAPED	Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SEF	Secretaria de Educação Fundamental
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	8
1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	12
2.1 A Atuação do Professor.....	13
2.2 Formação Inicial e Formação Continuada de Professores	15
3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	18
3.1 Legislação em Educação a Distância.....	20
3.2 Características e Elementos da Educação a Distância	25
4 A POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PAÍS	27
4.1 Programas e Ações.....	28
4.1.1 Proinfantil.....	28
4.1.2 ProInfo e ProInfo Integrado	29
4.1.3 Pró-Licenciatura.....	30
4.1.4 Pró-Letramento.....	31
4.1.5 Mídias na Educação.....	32
5 EVASÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	33
6 METODOLOGIA	37
6.1 Público Alvo	37
6.2 Coleta de Dados	37
7 RESULTADOS OBTIDOS	39
7.1 Motivos Externos ao Curso	40
7.2 Motivos internos, relacionados ao Curso	46
8 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	51
GLOSSÁRIO	54
APÊNDICE: QUESTIONÁRIO APLICADO PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS	55

1 INTRODUÇÃO

O avanço das TICs tem contribuído muito para a expansão dos cursos a distância. A EAD tem se consolidado fortemente no Brasil como uma modalidade possível de formação e de aperfeiçoamento de conhecimentos em qualquer área profissional, entretanto, com todas as vantagens proporcionadas, constata-se uma grande evasão de alunos em cursos que são ofertados nessa modalidade.

Este trabalho tem o objetivo de analisar as causas da evasão, em um curso específico, por parte de professores da rede municipal de ensino de Portão/RS. Para embasar o tema dessa monografia, primeiramente é apresentado o documento “Referenciais para a formação de professores”, incluindo seu histórico, objetivos, estrutura e uma análise sobre como deve ser a atuação do professor e aspectos referentes a sua formação inicial e formação continuada. O capítulo seguinte apresenta aspectos relacionados a EAD: definição, histórico, dados estatísticos, legislação, características e elementos. Em seguida, são apresentados alguns programas e ações oferecidos pelo Governo Federal à profissionais da área da educação, na modalidade EAD, em parceria com governos estaduais, municipais e universidades, através da SEED, secretaria esta, vinculada ao MEC. São eles: Proinfantil, ProInfo, ProInfo Integrado, Pró - Licenciatura, Pró-Letramento e Mídias na Educação.

Construindo ainda o tema deste trabalho, é abordada a questão da Evasão nos cursos em EAD, abrangendo conceitos e fatores relacionados a ela.

Finalmente, o tema desta monografia é consolidado com a apresentação da análise de dados de uma pesquisa realizada com 18 professores cursistas que evadiram do curso em estudo, procurando investigar o conceito que possuem sobre EAD; a experiência que tem como alunos dessa modalidade de ensino; motivos da sua inscrição e evasão desse curso em estudo e pretensões em realizar outros cursos a distância.

2 REFERENCIAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O documento “Referenciais para a Formação de Professores” se refere a formação inicial e continuada de professores de Educação Infantil e séries Iniciais do Ensino fundamental, publicado pelo MEC.

Sua primeira versão foi tornada pública em 1997, quando a comunidade educacional brasileira foi convidada a participar de vários encontros para realizar leituras, discussões e análises críticas sobre o conteúdo do mesmo, tendo sua versão final publicada, em 2002.

Este documento tem como objetivo,

Apoiar as Universidades e Secretarias Estaduais de Educação, na desafiadora tarefa de promover transformações efetivas nas práticas institucionais e curriculares da formação de professores (BRASIL, 2002, p. 09),

com a finalidade de provocar e orientar transformações na formação dos educadores, sem perder de vista a articulação necessária com as demais políticas educacionais.

Dando continuidade, este documento apresenta “uma visão crítica do sistema educativo, das práticas tradicionais de formação e da organização institucional que lhe corresponde.” (BRASIL, 2002, p.18). A análise dessa crítica aponta para a necessidade de mudanças nas práticas de formação e criação de sistemas de formação.

Sua estrutura está organizada em cinco partes e um anexo:

- Parte um: trata do papel profissional dos professores e as tendências atuais.
- Parte dois: trata sobre a atuação do professor e as bases epistemológicas da proposta .
- Parte três: traz uma proposta de formação profissional de professores.
- Parte quatro: trata de indicações para a organização curricular e de ações de formação inicial e continuada de professores.
- Parte cinco: trata do desenvolvimento profissional permanente e progressão na carreira.
- Anexo: apresenta uma análise sobre a atual situação dos cursos de nível médio de formação de professores.

É importante salientar que a análise desse documento será realizada em duas partes:

- 1º) A atuação do professor;
- 2º) Formação inicial e continuada de professores.

2.1 A atuação do Professor

O segundo artigo da LDB (BRASIL/ Câmara dos Deputados, 2009, p. 35) estabelece que “a educação(...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Logo, a formação do professor deve possibilitar o seu desenvolvimento como pessoa, profissional e cidadão.

Sabemos que os professores estão numa situação de autoridade, a qual deve ser concebida como responsabilidade, na hierarquia escolar, em relação aos seus alunos. Responsabilidade essa, que envolve tomadas de posições, reflexões sobre suas ações de forma a garantir que estejam permeadas pela ética e pela democracia, como cita Tardif (2003, p.139):

No tocante ao professor, a autoridade reside no “respeito” que ele é capaz de impor aos seus alunos, sem coerção. Ela está ligada ao seu papel e à missão que a escola lhe confere, bem como à sua personalidade, ao seu carisma pessoal.

Considerando que a realidade educativa em que o professor está inserido é muito complexa, mutável, conflituosa, com problemas que nem sempre possuem uma solução imediata, torna-se necessário que o professor esteja atento a essas situações e consiga resolver esses problemas por meio de interações inteligentes e criativas, o que não é possível sem conhecimento teórico, instrumental e experiencial.

[...] no trabalho docente, no dia-a-dia, é fundamentalmente um conjunto de interações personalizadas com os alunos para obter a participação deles em seu próprio processo de formação e atender as suas diferentes necessidades. (TARDIF, 2003, p. 141)

Como, constantemente, o professor precisa tomar decisões imediatas, é necessário que esteja sempre refletindo sobre e posteriormente às suas ações, com o objetivo de compreender o conhecimento implícito a sua atuação para que possa aumentá-lo, transformá-lo e torna-lo útil para novas ações.

Nesse sentido, percebe-se que não basta ao professor ter conhecimentos sobre sua prática, é necessário que ele também saiba fazer. De acordo com Tardif, Lessard & Lahaye (apud TARDIF, 2003, p. 297), os professores, nas suas atividades pedagógicas, apóiam-se em várias formas de saberes:

[...] o saber curricular, proveniente dos programas e dos manuais escolares; o saber disciplinar, que constitui o conteúdo das matérias ensinadas na escola; o saber da formação profissional, adquirido por ocasião da formação inicial ou contínua; o saber experiencial, oriundo da prática da profissão, e, enfim, o saber cultural herdado de sua trajetória de vida e de sua pertença a uma cultura particular, que eles partilham em maior ou menor grau com os alunos. Desse ponto de vista, o saber profissional dos professores não constitui um corpo homogêneo de conhecimentos; ele se serve, ao contrário, de uma ampla diversidade de conhecimentos e utiliza vários tipos de competências.

Competências essas, de um profissional que atua em situações únicas, que estão “[...] diretamente ligadas às suas capacidades de racionalizar sua própria prática, de criticá-la, de revisá-la, de objetivá-la, buscando

fundamentá-la em razões de agir.”(TARDIF, 2003, p. 223) Competência profissional, onde necessita de compreensão para identificar questões do trabalho e resolvê-las, com autonomia e responsabilidade; autoavaliação do seu desempenho; avaliação do contexto em que atua e interação cooperativa com a comunidade escolar.

O desenvolvimento da competência profissional permite ao professor uma relação de autonomia no trabalho, criando propostas de intervenção pedagógica, lançando mão de recursos e conhecimentos pessoais e disponíveis no contexto, integrando saberes, sensibilidade e intencionalidade para responder a situações reais, complexas, diferenciadas. (BRASIL, 2002, p.62)

Para que o desenvolvimento dessas competências ocorra de forma significativa, é necessário que os professores estejam em contínuo processo de formação, pois

Tanto em suas bases teóricas quanto em suas conseqüências práticas, os conhecimentos profissionais são evolutivos e progressivos e necessitam, por conseguinte, de uma formação contínua e continuada. Os profissionais devem, assim, autoformar-se e reciclar-se através de diferentes meios, após seus estudos universitários iniciais. (TARDIF, 2003, p. 249)

Pensando em seu crescimento profissional, buscando qualificar seu trabalho pedagógico.

2.2 Formação Inicial e Formação Continuada de Professores

No documento em questão, a formação é tida como um processo permanente e contínuo, onde o professor deve ter disponibilidade para aprender sempre.

Esse processo de formação é contínuo devido ao avanço de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento profissional do professor, as quais o levam a transformar valores, hábitos, crenças, atitudes e formas de se relacionar com seu ambiente pessoal e profissional, bem como as mudanças e o aumento rápido no conhecimento científico, nas artes, na cultura, nas

tecnologias de comunicação que constituem o currículo escolar. Além disso, a evolução da sociedade em estruturas materiais e institucionais acabam gerando transformações nas formas de pensar, sentir e atuar do professor, contribuindo também para a necessidade de formação contínua, já que

[...] o professor não é um trabalhador que se contenta em aplicar meios e que se comporta como um agente de uma organização: ele é sujeito do seu próprio trabalho e ator de sua pedagogia, pois é ele quem a modela, quem lhe dá corpo e sentido no contato com os alunos (negociando, improvisando, adaptando). (TARDIF, 2003, p.149)

Portanto a formação inicial e a formação continuada de professores devem estar integradas em um plano comum para que a construção e reconstrução do conhecimento e competências profissionais se prolonguem ao longo da carreira do professor, aperfeiçoando assim, seu trabalho, onde

A prática profissional não é vista, assim, como um simples campo de aplicação de teorias elaboradas fora dela [...]. *Ela torna-se um espaço original e relativamente autônomo de aprendizagem e de formação para os futuros práticos, bem como um espaço de produção de saberes e de práticas inovadoras pelos professores experientes.* (TARDIF, 2003, p. 286)

Referente à formação inicial dos professores, ao analisar objetivos e conteúdos é necessário levar em conta a realidade da sala de aula, da vida institucional da escola, a atuação que o professor deve ter em relação à função social colocada pela escola e em relação à formação de um profissional reflexivo, crítico e autônomo.

Já, a formação continuada faz parte de um processo permanente do desenvolvimento do professor. Deve estar ligada aos projetos existentes nas escolas de forma a atender significativamente as demandas das mesmas. Pode acontecer na própria escola ou fora dela e

[...] concentra-se nas necessidades e situações vividas pelos práticos e diversifica suas formas: formação através dos pares, formação sob medida, no ambiente de trabalho, integrada numa atividade de pesquisa colaborativa, etc. (TARDIF, 2003, p. 291)

A formação a distância aparece como um fator extremamente importante dentro da formação de professores, onde um novo profissional está surgindo.

Essa modalidade de formação apoia-se em dois pilares: o direito de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação e as dificuldades em participar de programas presenciais. Esse acesso às tecnologias pode servir para a realização das mudanças necessárias para a atualização do sistema educacional brasileiro, sendo que a escolha dos recursos a serem utilizados serão definidos de acordo com as condições e necessidades da formação.

3 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Há várias definições existentes para a educação a distância. Conforme o Decreto nº 2494 de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Artigo 80 da Lei nº 9394, de dezembro de 1996, Educação à Distância é:

[...] uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.(Brasil, 1998)

Logo podemos perceber que essa modalidade de ensino possui flexibilidade de espaço e tempo, podendo o aluno organizar seu aprendizado, estudando onde desejar, de acordo com seu ritmo, apesar de haver conteúdos delimitados e tempo determinado para finalizar o curso.

A sua história tem início por volta do século XIX, embora alguns estudiosos já façam referência à utilização dessa modalidade de ensino na Grécia, na época de Platão e em Roma, nas epístolas de São Paulo. Segundo Belloni (2009), a história do ensino a distância pode ser dividida em três fases distintas.

A primeira fase surgiu no final do século XIX, com o desenvolvimento da imprensa, onde o curso era aplicado basicamente com o apoio de material impresso. A interação professor e aluno praticamente só ocorria quando os estudantes realizavam os exames presenciais. O estudante possuía um alto grau de autonomia em relação ao local de seus estudos, contudo não a possuía em relação a prazos, escolha de meios e currículos.

A segunda fase, ocorreu ainda nos anos 60, estendendo-se até os anos 80, aliando ao uso do material impresso, programas de vídeo e de áudio, já aparecendo também, o uso do computador.

Nesse período, ocorreu o surgimento de muitas experiências em educação a distância, que se baseavam principalmente no uso dos meios de comunicação de massa (TV e rádio), das quais, muitas tiveram sucesso, como por exemplo, as de educação popular.

Em função disto, a interação professor e aluno, apesar de ainda ser limitada, já acontecia de forma mais sistematizada e com maior frequência, através da tutoria por telefone e encontros presenciais.

A terceira fase surge nos anos 90, com o aparecimento das tecnologias de informação e comunicação, que se unem aos meios didáticos já existentes, o que acarretou em mudanças radicais no processo de ensino e aprendizagem, crescendo a utilização de materiais de uso pessoal.

Logo, a relação professor e aluno, tornou-se mais interativa, permitindo “combinar a flexibilidade da interação humana com a independência no tempo e no espaço.” (Belloni, 2009)

Dando continuidade, aqui no Brasil, vivemos a etapa do ensino por correspondência, passamos pela transmissão radiofônica e televisiva, utilizamos a informática até os atuais processos de telemática e multimídia.

Desde a década de 20 que vem sendo construída a história da educação a distância no Brasil. Hoje ela é uma modalidade de ensino regular e o desenvolvimento das tecnologias está contribuindo cada vez mais para que a educação a distância se amplie e ganhe força no Brasil.

Inicialmente, ela foi utilizada como um recurso para superação de deficiências educacionais e, hoje, é cada vez mais utilizada, como um ensino alternativo em programas que complementam o ensino regular presencial.

Segundo dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (AbraEAD) de 2008, o número de instituições credenciadas a praticar educação a distância aumentou em 54%, no período de 2004 a 2007,

e o número de alunos dessas instituições aumentou em 213,8% nesse mesmo período:

Tabela 1: Crescimento do número de instituições autorizadas pelo MEC e CEEs a praticar EAD e de seus alunos, de acordo com o levantamento do AbraEAD, de 2004 a 2007

	2004		2005		2006		2007		Evolução no período 2004-2007 (em %)
			Evolução no ano (em %)		Evolução no ano (em %)		Evolução no ano (em %)		
Número de instituições credenciadas ou com cursos autorizados	166	217	30,7	225	3,7	257	14,2	54,8	
Número de alunos nas instituições	309.957	504.204	62,6	778.458	54,4	972.826	24,9	213,8	

Fonte: SANCHEZ, 2008. p.15.

Além disso, a história da educação a distância também é constituída por diversas leis, pareceres, normas, portarias, resoluções e decretos existentes.

3.1 Legislação em Educação a Distância

Abaixo, acompanhado de um breve resumo, apresenta-se uma listagem dos principais instrumentos regulatórios, em ordem cronológica, referentes às ações ligadas a modalidade de ensino a distância:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as leis de diretrizes e bases da educação nacional, bem como, as bases legais para a modalidade a distância. (DIAS e LEITE, 2010)
- Portaria MEC nº 301, de 07 de abril de 1998: regulamenta o Decreto 2.494/98, definindo procedimentos de credenciamento de instituições interessadas em oferecer cursos de educação profissional tecnológica e de graduação na modalidade de ensino a distância. (SANCHEZ, 2005)

- Lei nº 9.610, de 19 de dezembro de 1998: altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.(BRASIL, 1998)
- Resolução do Conselho de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação nº01, de 03 de abril de 2001: estabelece normas para os cursos de pós-graduação.(SANCHEZ, 2005)
- Portaria MEC nº 335, de 06 de fevereiro de 2002: cria a comissão acessora para a educação a distância, com o objetivo de amparar a Secretaria de Educação Superior na elaboração da proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta de educação nessa modalidade de ensino no nível superior e dos procedimentos de supervisão e avaliação desta mesma modalidade.(BRASIL/Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior, 2002)
- Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica nº 41/2002, de 02 de dezembro de 2002: apresenta diretrizes curriculares nacionais para a modalidade de ensino a distância na educação de jovens e adultos e educação básica no ensino médio.(Brasil, 2002)
- Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004: cria o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), que institui a avaliação dos Institutos Superiores de Educação, cursos e desempenho dos estudantes de forma integrada. (DIAS e LEITE, 2010)
- Portaria MEC nº 695, de 10 de setembro de 2004: trata sobre a Câmara Temática de Educação a Distância, onde cria nove Câmaras Temáticas no Ministério da Educação, com o objetivo de integrar as ações a cargo dos diferentes órgãos deste Ministério para o adequado cumprimento de programas do governo. (BRASIL/Ministério da Educação, 2004)
- Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004: atualiza normas anteriores, permitindo introduzir a oferta de disciplinas que utilizam a modalidade semipresencial em cursos de graduação reconhecidos,

desde que sejam estas, integrantes do currículo já existente. (DIAS e LEITE, 2010)

- Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004 (DOU de 30 de dezembro de 2004): trata dos processos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos a distância, entre outros processos. (DIAS e LEITE, 2010)
- Decreto nº 5.622, DOU de 20 de dezembro de 2005: regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que diz respeito a educação a distância. (DIAS e LEITE, 2010)
- Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006: neste decreto, os cursos na modalidade a distância são contemplados como eventos de capacitação, voltados especificamente para o serviço público federal.(BRASIL, 2006)
- Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006: trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e cursos superiores sequenciais e de graduação no sistema de ensino federal. (DIAS e LEITE, 2010)
- Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006: trata sobre o Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).(LITTO E FORMIGA,2009)
- Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007: altera dispositivos dos decretos nº 5.622, DOU de 20 de dezembro de 2005 e nº 5.773 de 09 de maio de 2006. (DIAS e LEITE, 2010)
- Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007: cria o e-MEC, onde as Instituições de Educação Superior podem fazer, via internet, a tramitação eletrônica de processos de regulamentação.(SANCHEZ, 2008)
- Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Superior nº 195/2007, aprovado em 13 de setembro de 2007: apresenta as diretrizes para a elaboração de instrumentos para a

avaliação de credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade de ensino a distância, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). (DIAS e LEITE, 2010)

- Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Superior nº 197/2007, aprovado em 13 de setembro de 2007: apresenta os instrumentos para avaliação de credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos de graduação na modalidade de ensino a distância, criados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). (DIAS e LEITE, 2010)
- Portaria 1.050, de 07 de novembro de 2007: aprova os instrumentos de avaliação elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), apresentados no Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Superior nº 197/2007, aprovado em 13 de setembro de 2007. (DIAS e LEITE, 2010)
- Portaria nº10, de 02 de junho de 2009: trata sobre a avaliação de cursos superiores presenciais e a distância.(BRASIL/Ministério da Educação/ Secretaria de Educação a Distância, 2009)

Cabe fazer referência, aqui, aos Referenciais de Qualidade para Cursos em Educação a Distância (NEVES, 2003). Apesar de este documento não ser considerado lei, serve e é utilizado como um referencial orientador para as instituições e comissões de especialistas na análise de projetos de cursos de graduação a distância. O mesmo contém dez itens básicos para as instituições que organizam seus cursos nessa modalidade de ensino, apresentados a seguir:

a) Compromisso dos gestores: faz referência ao compromisso dos gestores em manterem-se informados em relação ao potencial das tecnologias na educação, sabendo avaliar o que é novo e o que é permanente, sensibilizando sua equipe de trabalho para as mudanças inevitáveis e identificando as necessidades das diversas áreas para a

inserção de tecnologias nos cursos oferecidos pela instituição na modalidade a distância. O gestor também fica responsável por coordenar o plano estratégico e cronograma do mesmo, reconhecer parcerias e buscar financiamentos para ações necessárias.

b) Desenho do projeto: trata da estruturação do projeto, que deverá manter a mesma qualidade dos cursos presenciais.

c) Equipe profissional multidisciplinar: contam as responsabilidades, competências e deveres que os professores precisam ter nos cursos a distância.

d) Comunicação/interatividades entre professor e aluno: refere-se a organização de horários de professores e momentos presenciais; orientações sobre o curso aos envolvidos; da interação entre professores e alunos e do acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

e) Recursos educacionais: este item discorre sobre os cuidados que se deve ter na construção de um programa ou curso a distância em relação à seleção, elaboração, utilização e informações necessárias sobre os recursos que serão utilizados.

f) Infraestrutura de apoio: a infraestrutura precisa atender o número de alunos do curso adequadamente, ser proporcional aos recursos tecnológicos que serão utilizados e estar de acordo com o espaço territorial que abrangerá.

g) Avaliação da qualidade contínua e abrangente: deve abranger a avaliação do aluno, do curso e dos professores, de forma metódica, durante todo o processo de ensino e aprendizagem, bem como acompanhar a participação dos alunos em avaliações nacionais como, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

h) Convênios e parcerias: as instituições que oferecem cursos a distância tem autonomia para realizar parcerias e convênios com outras instituições que podem contribuir para a qualidade do ensino, devendo as mesmas, ficar responsáveis pela organização e aspectos legais em relação a esses processos.

i) **Transparência nas informações:** os cursos devem ter boa publicidade e editais completos a fim de dar todas as informações necessárias aos futuros estudantes sobre: documentos legais que autorizam o curso, direitos estabelecidos e deveres exigidos.

j) **Sustentabilidade financeira:** todo investimento deve ser cuidadosamente planejado e executado para que não ocorram imprevistos e o curso não tenha que ser interrompido antes do tempo previsto para seu final.

As instituições têm a liberdade de acrescentar mais itens aos seus projetos, se os mesmos contribuírem para a qualidade do curso e estiverem de acordo com sua realidade e necessidades sócio-culturais.

3.2 Características e Elementos da Educação a Distância

A educação a distância apresenta características diferenciadas do ensino presencial. Como pode atender a uma população dispersa geograficamente, oferece oportunidade de estudos àqueles que não puderam iniciar ou concluir seus estudos por terem dificuldade de acesso à escola, além de atender individualmente a cada aluno em seu próprio contexto, respeitando o espaço, o tempo, as ações e processos de cada um, conforme suas necessidades. Outra característica que cabe ser ressaltada é em relação à autonomia do estudante, pois o mesmo se torna sujeito ativo em sua formação, sendo estimulada sua independência intelectual e capacidade de tomar decisões na resolução de seus problemas.

Essa modalidade de ensino também permite o aperfeiçoamento constante do indivíduo, além de estimular a capacidade de participação pessoal, a cooperação e a criatividade.

Um sistema de educação a distância, exige elementos mínimos (LANDIM, 1997 apud MEHLECKE e TAROUCO, 2003, p.2) para que possa funcionar plenamente, os quais são explicitados abaixo:

a) O aluno, como centro do processo educativo, é aquele que realiza sua própria aprendizagem de maneira autônoma e reflexiva, com o objetivo

de conseguir abstrair os conhecimentos adquiridos, transpondo-os para aplicação em seu cotidiano.

b) O docente, também conhecido como tutor, é aquele que tem a função de estimular, facilitar, instigar e acompanhar a aprendizagem que ocorre de forma interativa e cooperativa no ambiente virtual.

c) O processo de interação, que pode ser realizado de forma virtual e presencial, mediado pelo docente; através de materiais diversos como TV, vídeo, CD-ROM, audiovisual, internet, softwares e multimídia, entre outros.

d) A estrutura e a organização, que fazem parte do processo inicial. Compreendem o levantamento de dados em relação às necessidades de formação; o planejamento que engloba o estabelecimento do público alvo, ferramentas que serão utilizadas, carga-horária do curso, conteúdos, objetivos a serem atingidos e formas de avaliação; e a elaboração e distribuição do material pedagógico que será utilizado.

Procurando incentivar essa modalidade de ensino, cresce cada vez mais a oferta de cursos gratuitos, oferecidos pelo Governo Federal em parceria com Governos Estaduais, Municipais e Universidades, através da Secretaria de Educação a Distância, secretaria esta, vinculada ao Ministério da Educação.

4 A POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PAÍS

Em 1996, o Ministério da Educação (MEC), criou, oficialmente, a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996, devido ao grande crescimento da oferta de cursos na modalidade de ensino a distância, em diferentes instituições como escolas, universidades e empresas, entre outras, com o objetivo de criar inovações tecnológicas para os processos de ensino e aprendizagem e, favorecer a realização de pesquisas, bem como o desenvolvimento de novos conceitos e práticas para as escolas públicas brasileiras.

Logo, a missão da Secretaria de Educação a Distância (SEED) é:

Atuar como agente de inovação dos processos de ensino-aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da Educação a Distância aos métodos didáticos-pedagógicos das escolas públicas. (DIAS e LEITE, 2010)

Em função disso, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) em conjunto com Governos Estaduais, Municipais e Institutos de Educação Superior, realiza investimentos em infraestrutura tecnológica para aprimorar o ensino presencial visando embasar ações em educação a distância.

A página de apresentação da Secretaria de Educação a Distância (SEED), na web, pode ser acessada no site do Ministério da Educação, em <http://portal.mec.gov.br/seed>, onde podemos encontrar referência a vários programas e ações desenvolvidos pela mesma.

4.1 Programas e Ações

A Secretaria de Educação a Distância (SEED) desenvolve vários programas e ações, entre eles, podemos citar: Domínio Público; DVD Escola; E-ProInfo; E-Tec Brasil; Programa Banda Larga nas Escolas; Proinfantil; ProInfo; ProInfo Integrado; TV Escola; Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); Banco Internacional de Objetos Educacionais; Portal do professor; Mídias na Educação; Salto para o Futuro; Programa de Apoio à Pesquisa em Educação à Distância (PAPED); Pró-Licenciatura; Pró-Letramento.

A seguir, alguns desses programas e ações serão apresentados de forma mais detalhada.

4.1.1 Proinfantil

O Proinfantil – Programa de Formação Inicial para professores em exercício na Educação Infantil é um curso a distância promovido pelo MEC em parceria com Estados e Municípios interessados. Foi criado para qualificar os professores que trabalham em creches e pré – escolas e não possuem a formação exigida. Oferecido em nível médio, na modalidade Normal, onde podem participar professores da rede pública e privada, desde que, as instituições privadas, sejam sem fins lucrativos.

Além dos estudos a distância, conta com momentos presenciais, nas férias escolares e em sábados (quinzenalmente).

Esse curso visa contribuir para a formação de um profissional capaz de dar continuidade ao seu processo de formação e aprendizagem, inserido no projeto da sociedade em que vive, de forma crítica, transformadora, responsável e participativa.

Seu currículo foi elaborado com base nas diretrizes curriculares para o Ensino médio e em concepções teóricas que orientam a formação dos professores de educação Infantil.

A proposta pedagógica procura articular teoria e prática, levando em conta as experiências dos professores cursistas.

Utiliza-se de materiais impressos (auto-instrucionais), de Serviço de Apoio à Aprendizagem, de atividades coletivas presenciais e de atividades individuais.

É desenvolvido em quatro semestres, distribuídos em 3.392 horas. A avaliação se dá ao longo do curso, através de instrumentos variados como: caderno de aprendizagem, portfólio, provas, prática pedagógica e projetos de estudo, entre outros.

4.1.2 ProInfo e ProInfo Integrado

O ProInfo – Programa Nacional de Informática na Educação – é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância/Ministério da Educação e Cultura, por meio do DITEC – Departamento de Infra-estrutura Tecnológica em conjunto com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

Criado em 9 de abril de 1997, tem como objetivo introduzir e promover o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas, como ferramentas para produção e construção do conhecimento. O programa funciona de forma autônoma onde, em cada uma das Unidades Federativas do país existe uma coordenação estadual.

Em 2007, a Secretaria de Educação a Distância, elaborou a revisão do ProInfo. A nova versão do programa foi instituída pelo Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, como Programa de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – ProInfo Integrado.

É um programa voltado para o uso didático-pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas de todo país, em conjunto com a distribuição de equipamentos tecnológicos e a oferta de materiais disponíveis no Portal do Professor, Tv Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Tem por objetivo principal promover a inclusão digital, dinamizar e qualificar os processos de ensino e aprendizagem. Acontece em momentos presenciais e a distância.

Oferece os seguintes cursos:

- Introdução à Educação Digital (40horas) - Este curso está dividido em oito unidades: Tecnologias na sociedade e na escola; Navegação, pesquisa na internet e segurança na rede; Blogs; Elaboração e edição de textos; Cooperação (ou interação?) na rede; Cooperação pressupõe diálogo!; Apresentação de slides digitais na escola; Resolução de problemas com a planilha eletrônica.
- Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as tecnologias de informação e comunicação (100 horas) - Organizado em quatro unidades: Tecnologia na sociedade, na vida e na escola; Internet, hipertexto e hipermídia; Prática pedagógica e mídias digitais; Currículo, projetos e tecnologia.
- Elaboração de Projetos (40 horas) – Organizado em três eixos: Projetos; Currículo; Tecnologia.

4.1.3 Pró-Licenciatura

O Pró-Licenciatura é um programa de formação inicial para professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental e médio, que não possuem a habilitação necessária para o exercício da função, ou seja, curso de licenciatura. É ministrado na modalidade a distância.

Tem como objetivo melhorar a qualidade da escolarização, detectada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

A duração dos cursos ofertados, por exigência do MEC, deve ser igual ou superior aos cursos presenciais ofertados pelas Instituições de Curso Superior, públicas, comunitárias ou confessionais.

A condição para que professores possam participar do curso é o exercício profissional de no mínimo um ano em redes públicas de ensino e que não tenham a habilitação exigida na área de atuação.

A estrutura e a concepção básica desse curso apresentou flexibilidade para facilitar seu aproveitamento nas diferentes regiões do país e em diversas áreas de conhecimento, onde o papel da escola e do educador é o de dialogar com sua realidade, construindo e colocando em prática o seu projeto político-pedagógico, conforme nos mostra a figura abaixo:



Figura 1: Estrutura e concepção do Pró – Licenciatura (Pinho, 2009)

4.1.4 Pró-Letramento

O Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação – é um programa de formação continuada, oferecido a professores, em exercício, das séries iniciais da educação básica, buscando a melhoria da qualidade do ensino na leitura/escrita e matemática.

Está estruturado em dois cursos, sendo um na área da Língua Portuguesa e outro na área da Matemática. Cada curso possui carga horária de 120 horas, distribuídas em oito meses, com encontros presenciais e atividades à distância. Utiliza-se de materiais impressos e vídeos.

Sua metodologia busca propor situações que incentivem a reflexão e a construção de conhecimentos como um processo permanente, procurando desenvolver nos professores e escolas uma cultura de formação continuada.

4.1.5 Mídias na Educação

Mídias na Educação é um programa de formação continuada a distância, criado em 2006 e promovido pelo MEC/SEED em parceria com Secretarias de Educação e universidades públicas de todo o país.

Seu objetivo principal é incorporar a utilização das diversas tecnologias de informação e comunicação na escola, de forma a produzir conhecimentos, tendo como público-alvo prioritário, professores da educação básica.

Inicialmente foi estruturado em três níveis de certificação, que constituíam ciclos de estudo: o básico, de extensão, com 120 horas de duração; o intermediário, de aperfeiçoamento, com 180 horas; e o avançado, de especialização, com 360 horas.

Com a migração para a Universidade Aberta do Brasil, o curso de Mídias na Educação teve sua estrutura curricular modificada desde outubro de 2009. Dois cursos independentes entre si substituíram os anteriores: um de extensão, com 160 horas e outro de especialização, com 360 horas.

A metodologia desse curso está baseada na resolução de problemas e na interatividade, buscando familiarizar os cursistas com as diversas mídias existentes, tendo sua proposta alicerçada numa concepção de educação como processo permanente e construtivo. As atividades possuem cunho teórico-prático a fim de facilitar o processo de produção de conhecimento, buscando o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Apesar de ser um curso à distância, contempla também, atividades presenciais no início de cada trimestre com a apresentação das disciplinas e no final, com a avaliação de conteúdos e do curso.

5 EVASÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Com a rápida expansão da educação a distância, torna-se necessário discussões mais sérias, por parte dos educadores, para que esta ocorra de forma responsável, com o objetivo de construir conhecimentos, visando à formação de cidadãos.

Além disso, em um país extenso como o Brasil, essa modalidade de ensino não pode ser desprezada, pois fazer isso seria prejudicar o surgimento de outras oportunidades educacionais, pois a mesma pode servir para solucionar problemas relativos a tempo e distância, já que amplia o acesso à educação, além de contribuir para a formação e qualificação constante dos professores.

Entretanto, existe um problema sério nos cursos de educação a distância, que é a evasão, sobre a qual, ainda encontra-se pouco material existente, sendo tratada quase que somente por trabalhos acadêmicos, como, monografias, dissertações e teses.

Segundo Favero (apud WILGES, 2010, p.03) considera-se evasão “[...] a desistência do curso, incluindo os que, após terem se matriculado, nunca se apresentaram ou se manifestaram de alguma forma para os colegas e mediadores do curso, em qualquer momento.” Isso significa que, na visão da autora, mesmo aqueles alunos que não iniciaram o curso, mas efetivaram sua matrícula, são considerados evadidos.

Já, para Vargas (apud ALMEIDA, 2007, p.52) a definição de evasão, varia de autor para autor, segundo “[...] critérios escolhidos para categorizar os processos de entrada e saída dos alunos dos eventos institucionais”, conforme apresentado no quadro abaixo:

Autor/Data	Definição	Amplitude do Conceito
Utiyama e Borba (2003)	Evasão é entendida como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo.	Ampla. Não foi estabelecido nenhum critério de tempo no curso para a saída do aluno.
Maia e Meireles (2005)	Evasão consiste em alunos que não completam cursos ou programas de estudo, podendo ser considerada como evasão aqueles alunos que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso.	Especifica que mesmo os alunos que nunca começaram o curso devem ser considerados no cálculo das taxas de evasão.
Abbad, Carvalho e Zerbini (2005)	Evasão refere-se à desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso.	Não deixa claro se evasão se aplicaria apenas aos alunos que chegaram a iniciar o curso ou se abrangeria também aqueles que apenas se matricularam e nunca iniciaram o curso.

Quadro1: Definição de evasão e amplitude de conceito (Almeida, 2007)

Apesar das diferentes definições apresentadas neste quadro, pode-se perceber que todos os autores consideram a evasão como a desistência/abandono do curso, antes de concluí-lo.

E, por que será, que há tanta evasão nos cursos de educação a distância? Neves (apud PINTO, p.06) acredita que a evasão

[...] é um problema resultante de um conjunto de vários fatores que influenciam na decisão de alguém quanto a permanência ou não em algo dentro de contextos sociais e educacionais.

Diversos pesquisadores procuram entender e explicar esses fatores que levam os alunos à evasão. Em pesquisa realizada por Coelho (apud ALMEIDA, 2007, p.56), as causas mais citadas pelos desistentes do curso foram: pouco tempo, impossibilidade de estudar em casa e no local de trabalho, dificuldade de organização pessoal, dificuldade em lidar com a tecnologia, deficiência no atendimento do curso em relação às expectativas pessoais.

Em outro estudo, Moura-Walter (apud ALMEIDA, 2007, p.61), apresentam uma revisão de pesquisa realizada com vários autores de vários países, sobre os motivos de desistência em cursos de EAD, a qual integra o quadro nº 2:

Autores	Resumo da Pesquisa
Tucho (2000, Cross, 1992)	Usou a denominação de barreiras como sendo os elementos ou obstáculos que causariam a evasão. De acordo com o autor, as barreiras estariam divididas em três categorias: (1) situacionais: dificuldades financeiras, falta de tempo para estudar, problemas com transporte, falta de pessoa de confiança para cuidar das crianças, abuso de álcool e drogas, gravidez, doença, problemas relacionados ao trabalho, entre outros; (2) institucionais: cronograma não adequado, métodos de ensino fracos, custo dos estudos, entre outros e (3) psicológicas ou disposicionais: valores e crenças pessoais sobre escola e educação. Numa amostra de 124 alunos, aplicaram um questionário com 38 questões, os resultados indicaram que as barreiras situacionais foram as mais forte no modelo explicativo de evasão.
Ngoma, Simwanza e Makunika (2004)	Realizaram seus estudos na Universidade de Estudos de Extensão de Zâmbia, e os principais problemas encontrados foram: falta de tempo suficiente para estudar, dificuldade de balancear as responsabilidades familiares e de estudo e dificuldade de balancear as responsabilidades de trabalho e de estudo.
Yukselturk e Inan (2006)	Fatores que influenciaram a evasão em um Programa oferecido por uma Universidade da Turquia, com duração total de 9 meses. Aplicaram um questionário com 14 questões abertas e fechadas, numa amostra de 98 (35%) estudantes evadidos. Foram realizadas análises descritivas dos dados e, as maiores médias (M) foram relacionadas a: falta de tempo para realizar o curso, M= 3,44, Desvio-padrão (DP) = 1,53 ("Eu não tive tempo suficiente para estudar e cumprir o programa"); problemas pessoais, M= 2,96, DP = 1,66 ("Eu tive problemas pessoais, ex: sobre minha família, trabalho, saúde"); despesas com o curso, M= 2,54, DP = 1,75 ("Eu não pude arcar com as despesas do curso") e motivação, M= 2,54, DP = 1,39 ("minha motivação caiu gradualmente"). Os dados das questões abertas comprovaram que as principais causas relacionadas à evasão foram referentes a problemas pessoais, provavelmente externos ao curso.
Xenos, Pierrakeas e Pintelas (2002)	Identificaram que existem 3 (três) fatores que afetam os níveis de evasão: (1) fatores internos relacionados às percepções do aluno e seu <i>locus</i> de controle - interno-externo; (2) fatores relativos ao curso e aos tutores e (3) fatores relativos a características demográficas do estudante (idade, sexo, estado civil, entre outras). Os resultados descritivos encontrados sugerem que os maiores índices de evasão ocorreram entre os alunos mais velhos, com idades iguais ou superiores a 35 anos; homens; alunos que não usam o computador em outras tarefas; alunos que trocaram menos e-mails com os tutores e demais alunos que tiveram pouco contato com atividades educativas na área de informática, antes do curso. Com relação aos fatores externos: problemas profissionais, problemas pessoais e problemas de saúde. Com relação a fatores internos foi citada a falta de assistência do tutor e a quantidade de trabalhos escritos exigidos pelo curso.
Pierrakeas, Xenos, Panagiotakopoulos e Vergidis (2004)	Realizaram um estudo com o objetivo de verificar as causas da evasão em dois cursos. Realizaram sua pesquisa na <i>Hellenic Open University</i> (HOU). Foram analisados 2 cursos: (1) um bacharelado, (28%) de evadidos e (2) um mestrado (14%) de evadidos. Utilizaram os métodos de análise de conteúdo e multivariados de análise, bem como análises de correlação. Os resultados indicaram que o gênero não apresentou papel significativo na evasão, em ambos os grupos. Com relação à idade, a maioria dos evadidos (57%) tinha idade entre 30- 39 anos, podendo isso ser consequência do desafio diário de balanceamento entre questões familiares e de trabalho X questões educacionais. A razão mais citada pelos evadidos como motivo para o abandono do curso refere-se à estimativa errônea do tempo necessário para realizar o curso e das demais obrigações e/ou mudanças não previstas no dia-a-dia e no ambiente de trabalho (por exemplo, promoção, viagem, gravidez, morte, etc).

Quadro 2: Revisão de pesquisa em evasão realizada por Moura-Walter
(Almeida, 2007)

Se analisarmos a pesquisa realizada pela AbraEAD (2008), com alunos evadidos de cursos a distância, veremos que os motivos mais citados por eles como justificativa da interrupção de seus estudos são a falta de tempo, em primeiro lugar, com 53% e a falta de recursos, em segundo lugar, com 35%, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 2: Fatores que pesaram muito ou que mais pesaram na decisão em abandonar o curso por nível educacional (em %)

Segmentos identificados	Capac/ Aperf/ Extensão	Graduação	Pós- graduação	Técnico	Sem resp	TOTAL
1. Havia matérias que não compreendia bem	0,0	3,0	4,3	3,6	12,5	4,1
2. Sua situação financeira não lhe permitiu continuar	66,7	48,5	30,4	21,4	22,2	35,4
3. Falta de tempo	50,0	61,8	40,9	53,6	50,0	53,1
4. Não se adaptou ao sistema não-presencial (EAD)	0,0	16,1	4,3	25,0	25,0	15,6
5. Não se dedicou o quanto poderia ou deveria	0,0	15,2	13,0	17,9	22,2	15,2
6. Escola não ofereceu os recursos necessários	0,0	15,2	13,0	17,9	22,2	15,2
7. Achou que EAD fosse bem mais fácil	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	2,0
8. O material didático não agradou	0,0	0,0	4,3	3,6	0,0	2,0
9. Exigência de prova ou de encontros presenciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10. Localização da instituição	0,0	12,1	13,0	3,6	0,0	8,2
11. Ausência da interação com outros alunos	0,0	9,1	4,3	0,0	25,0	6,1
12. Não era bem o curso que queria	0,0	12,1	17,4	3,6	12,5	10,2

Fonte: SANCHEZ, 2008. p. 89.

Em suma, observando-se todas as pesquisas apresentadas, pode-se concluir que as possíveis causas da evasão são oriundas de diversos fatores, os quais podem ser pessoais, institucionais ou ocasionados por fatores decorrentes do sistema educacional. E então, fica a pergunta: “Quais serão os fatores que influenciaram para a evasão do curso em estudo?”

6 METODOLOGIA

Este capítulo descreve os aspectos metodológicos utilizados para a realização dessa monografia, incluindo o tipo de pesquisa, instrumento utilizado, procedimento da coleta de dados e a análise dos dados, visando explicar os motivos da evasão de um curso de formação de professores, em nível de Pós-graduação, Lato Sensu.

Para a realização deste trabalho, foi utilizada a metodologia qualitativa, com abordagem no estudo de caso, já que a mesma “visa à descoberta” (Lüdke e André, 1986) dos fatores que contribuíram para a ocorrência da evasão, classificando-se assim, como uma pesquisa explicativa.

6.1 Público alvo

Público alvo é o conjunto de elementos que participam da pesquisa. Neste caso, os cursistas que evadiram do curso constituem o público desse estudo.

Assim, esta pesquisa abrangeu dezoito professores da Rede Municipal de Portão/RS que interromperam os estudos antes de sua conclusão, todos participantes do mesmo curso, com nível superior completo na área da educação, aos quais foi aplicado um questionário com seis perguntas abertas. Todos os questionários foram devolvidos, respondidos.

6.2 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu através de um questionário composto por seis perguntas abertas, o qual foi apresentado e entregue pessoalmente a

cada professor cursista. Posteriormente foram recolhidos, também pessoalmente, para o esclarecimento de eventuais dúvidas que pudessem ter surgido ao respondê-lo.

As seis perguntas realizadas nesse questionário foram:

1. Qual o conceito que você tem sobre educação a distância?
2. Você participa ou participou de outros cursos a distância além deste analisado nesta pesquisa? Em que período foi?
3. Como foi seu desenvolvimento? Concluiu o curso? Se não, qual(quais) o(s) motivo(s) da desistência?
4. Por que se inscreveu neste curso, estudado nesta pesquisa?
5. Que motivos o levaram a interromper o curso?
6. Sente-se motivado a realizar outros cursos a distância? Por quê?

O curso em estudo, é um curso de Pós – graduação, lato senso, oferecido gratuitamente pelo Governo Federal, através da SEED, a professores da rede pública de ensino. Possui carga horária de 360 horas, divididas em módulos. O curso acontece na modalidade EAD, com as avaliações finais presenciais.

Após a coleta de dados se deu a análise e interpretação dos mesmos, “[...] buscando destacar os principais achados da pesquisa.” (Lüdke e André, 1986).

7 RESULTADOS OBTIDOS

A EAD vem crescendo cada vez mais, porém a partir do questionário foi possível perceber que essa realidade não faz parte da maioria dos professores que participaram da pesquisa, sendo esse, para muitos o primeiro curso que realizaram nessa modalidade de ensino.

Com certeza, esse foi um fator fundamental para a evasão, observando-se os motivos listados pelos professores. Para analisar as causas da evasão, as respostas obtidas foram reunidas em dois grupos:

1. Motivos externos ao curso, e
2. Motivos internos, relacionados ao curso.

Sendo que cada grupo, foi subdividido em categorias.

Os motivos externos ao curso foram divididos nas seguintes categorias: tempo; domínio tecnológico e mídias; acesso a internet; saúde; desinteresse; adaptação a EAD; titulação/área de atuação e locomoção. Já os motivos internos, relacionados ao curso, foram divididos em duas categorias: relacionamento com professores/tutores e material pedagógico.

Cabe ressaltar ainda, que os motivos das evasões foram muitos, contudo, a constatação de Neves (apud PINTO, p.6) citada no capítulo anterior, que coloca a evasão como um problema que surge em consequência de um conjunto de motivos é contrária ao resultado da pesquisa, visto que mais da metade dos cursistas questionados apontou apenas um motivo para sua desistência do curso.

7.1 Motivos externos ao curso

a) Tempo: a falta de tempo foi o motivo mais citado pelos cursistas como a causa de sua evasão. Justificaram, alegando excesso de trabalho e compromissos familiares, não podendo dedicar-se e empenhar-se no curso como deveriam, para a realização das leituras e atividades. A maioria desses professores se inscreveu no curso com o objetivo de se aperfeiçoar, interessados pelo tema, porém houve também, os que se inscreveram apenas por ser um curso a distância e por convite da direção da escola, já que era um dos poucos com os requisitos mínimos para cursá-lo, ou seja, não estavam realmente motivados. Outro aspecto a ser considerado por esse grupo de cursistas é que não possuem um conceito formado a respeito da EAD, pensando que a mesma é mais indicada para quem não teve oportunidade de frequentar um curso regular, como se essa modalidade de ensino fosse uma forma irregular, e que a sua qualidade é inferior a de cursos presenciais.

Dentre esses cursistas, a maioria não pretende mais realizar cursos a distância por sentirem a falta do presencial.

b) Domínio tecnológico e mídias: outro aspecto que apareceu muito na fala dos professores foi o pouco conhecimento em informática, o que dificultou a participação no curso, bem como a falta de conhecimento na área das mídias em geral. Porém, como os professores poderão adquirir conhecimento na área das mídias se não fizerem nenhum curso que lhes desafie a construí-lo, já que se matricularam no mesmo com o objetivo de aprender a utilizar as diferentes mídias como ferramentas educacionais?

Esses professores também não manifestaram vontade de realizar cursos em EAD no momento, com exceção de um, que justificou seu interesse, conforme o trecho a seguir:

Interagindo com as diferentes mídias vamos nos aperfeiçoando e aprendendo a utilizá-las.

Pode - se perceber nesse professor a sua consciência em relação à necessidade de mudança na sua prática pedagógica, já que o mesmo se inscreveu nesse curso porque queria aprender a utilizar essas ferramentas na escola, sabendo que só conseguirá a partir do momento em que começar a interagir com elas. Dificuldades aparecem no manejo com as TICs, conforme Kenski (2007, p. 53) argumenta:

As novas tecnologias digitais não oferecem aos seus usuários um novo mundo, sem problemas. Estamos no início de uma nova e revolucionária era tecnológica e pagamos um preço alto pelo pioneirismo. Ainda não se tem ideia das consequências e repercussões que as articulações em rede e a ampliação da capacidade tecnológica de acesso vão ocasionar e do que poderão nos oferecer em curto prazo. O que temos certeza é que independentemente dos avanços, as tecnologias ainda durante um bom tempo vão continuar a nos trazer alguns problemas e desafios individuais e coletivos para resolver.

Para isso,

o professor, em suma, tem de ser um explorador capaz de perceber o que lhe pode interessar, e de aprender, por si só ou em conjunto com os colegas mais próximos, a tirar partido das respectivas potencialidades. Tal como o aluno, o professor acaba por ter de estar sempre a aprender. Desse modo, aproxima-se dos seus alunos. Deixa de ser a autoridade incontestada do saber para passar a ser, muitas vezes, aquele que menos sabe (o que está longe de constituir uma modificação menor do seu papel profissional). (Ponte, 2000, p.15)

Porém, essa é uma mudança que não é fácil de ocorrer, pois:

Estamos acostumados e sentimo-nos seguros com nosso papel tradicional de comunicar ou transmitir algo que conhecemos muito bem. Sair dessa posição, entrar em diálogo direto com os alunos, correr o risco de ouvir uma pergunta para a qual no momento talvez não tenhamos resposta, e propor aos alunos que pesquisemos juntos para buscarmos a resposta – tudo isso gera um grande desconforto e uma grande insegurança.” (MASETTO, 2000, p. 142)

Portanto, como conscientizar os demais professores de que a melhor forma de ter o domínio sobre as TICs e mídias, é interagindo com elas, já que essa é uma necessidade urgente da educação atual?

c) Acesso a internet: muitos alunos justificaram sua saída do curso por terem dificuldade com internet ou por não possuírem banda larga em sua residência. Sem internet em casa, os professores não conseguiam participar, na sua opinião, de forma adequada dos fóruns e entregar as atividades na data prevista, conforme os relatos abaixo:

Quando iniciei o curso morava na casa de familiares onde tinha acesso à internet. Em seguida casei e me mudei, ficando então sem conexão com a internet, tornando bastante difícil acompanhar as atividades.

[...] o acesso a internet em minha casa é muito complicado, pois não tenho banda larga, ficando difícil a postagem dos trabalhos e as participações nos fóruns.

Porém, este é um motivo questionável, pois a internet está a disposição em vários locais, como lan house, telecentros e até mesmo em casa de familiares e amigos, bastando organização para que o acompanhamento do curso se desse de forma satisfatória, já que praticamente todo material de estudo esteve a disposição para download, como descrito por Masetto (2000, p. 161):

[...] a comodidade do acesso [à internet] que se faz de casa, do escritório, da firma, da empresa, da biblioteca, dos mais diferentes lugares – você acessa, lê, compara, reproduz textos e imagens, constrói pensamento, produz textos, registra reflexões tudo ao mesmo tempo. Sem dúvida a internet é um grande recurso de aprendizagem múltipla: aprende-se a ler, a buscar informações, a pesquisar a comparar dados, a analisá-los, a criticá-los, a organizá-los.

Quanto à intenção em realizar outros cursos em EAD, aparecem, aqui, aqueles que não pretendem cursá-los no momento,

pois preferem ainda o contato direto com o professor, o que também coloca em dúvida o motivo pela dificuldade com a internet ser válido.

d) Saúde: problemas de saúde pessoal e familiar também apareceram relacionados nos questionários, interferindo no psicológico dos cursistas que não se viam em condições de dar continuidade aos estudos. São, estes, professores que se dividem quanto à pretensão em realizar outros cursos em EAD. Um professor relatou que se inscreveu neste curso porque:

A diretora sugeriu e no momento achei interessante, mas tive um problema de saúde.

E não pretende realizar outros cursos nessa modalidade porque prefere o presencial. Será que o motivo saúde realmente foi decisivo para sua evasão ou quem sabe, não possui o perfil de estudante de EAD?

O outro professor relatou que se inscreveu nesse curso:

Pelo interesse em conhecer o uso de mídias diferentes das já utilizadas na escola.

E acabou desistindo por motivos de doença na família. Esse pretende realizar, novamente, cursos em EAD, sendo que já realizou outros, concluindo-os com êxito.

e) Desinteresse: o desinteresse aparece como motivo entre os professores que se inscreveram apenas por interesses econômicos, como alteração de nível; falta de vontade em investir muitas horas na sua formação; ou por ser uma alternativa gratuita de Pós-Graduação, o que acabou gerando desmotivação durante o processo, pois não se preocuparam em avaliar questões como currículo e cronograma, entre outras, para ver se o mesmo correspondia as suas necessidades e expectativas, conforme este cursista respondeu a questão que lhe indagava a respeito do por que de sua inscrição no curso:

Quando me inscrevi, nem sabia ao certo de que o curso tratava. Queria ter pós-graduação na área da educação e sendo ela gratuita, melhor ainda. Somente após a primeira aula que assisti, me dei conta de que o curso, não tinha absolutamente nada a ver comigo.

Sendo complementada pelo motivo de sua desistência:

A falta de interesse, de motivação para continuar o curso. O desconhecimento do assunto do curso.

Isso nos mostra o quanto é importante o professor querer aprender para que a mudança ocorra em sua prática pedagógica, como citam as autoras Brito e Purificação(2006, p. 40):

Nenhuma intervenção pedagógica harmonizada com a sociedade contemporânea e com inovações será eficaz sem a colaboração consciente do professor e sua participação na busca por emancipação social.

Todos cursistas dessa categoria, demonstram interesse em realizar outros cursos nessa modalidade de ensino, frisando bem, que o realizarão somente se estiver dentro de sua área de atuação.

f) Adaptação a EAD: existem cursistas que não possuem perfil necessário para cursar EAD, pois necessitam do contato presencial com o professor e colegas, não conseguem se organizar em relação a horários, falta-lhes autonomia para conduzir seus estudos com disciplina, dedicação, força de vontade, iniciativa e comprometimento, motivos esses, alegados pelos cursistas dessa categoria, como o exposto abaixo:

[...] A modalidade a distância não possibilita algo que para mim é fundamental no processo de aquisição de conhecimento que é a interação com as pessoas envolvidas neste processo, não que na modalidade à distância não haja, porém a interação virtual e esporadicamente física não me bastaram.

Percebemos que este cursista precisa muito do contato presencial com professores e demais colegas de turma, não

conseguindo satisfazer-se com a relação virtual proporcionada pelas TICS. Logo, para participar de cursos nessa modalidade de ensino, o aluno:

[...] assume papel de aprendiz ativo e participante (não mais passivo e repetidor), de sujeito de ações que o levam a aprender e a mudar seu comportamento. Essas ações, ele as realiza sozinho (auto-aprendizagem), com o professor e com os seus colegas (interaprendizagem). Busca-se uma mudança de mentalidade e de atitude por parte do aluno: que ele trabalhe individualmente para aprender, para colaborar com a aprendizagem dos demais colegas, com o grupo, e que ele veja o grupo, os colegas e o professor como parceiros idôneos, dispostos a colaborar com sua aprendizagem. (MASETTO, 2000, p. 141)

Portanto, antes de iniciar um curso em EAD, o aluno deve avaliar bem se possui essas características para não acabar desistindo no meio do caminho. Os cursistas desse grupo não pretendem realizar outros cursos em EAD.

g) Titulação X Área de Atuação: essa justificativa mostra-se bem interessante, já que a utilização das TICs e mídias deve estar integrada a todas as áreas da educação e esses professores cursistas não conseguiram fazer relação do conteúdo do curso com sua área de atuação em sala de aula, frisando bem que só farão outros cursos em EAD se estiverem relacionados a ela. Por que será que isso aconteceu? Essa é uma questão que pode ser abordada em futuras pesquisas.

h) Locomoção: apenas um cursista sentiu-se com dificuldade em relação ao traslado do seu município até o local dos encontros presenciais, justificando sentir medo. Inscreveu-se por curiosidade; pela qualidade da entidade que o ministrou e interesse pelo assunto. Mostra-se disposto a realizar outros cursos em EAD futuramente, já que possui experiência como tutora de um curso Normal a distância, o qual, no seu parecer, desenvolveu de forma gratificante.

7.2 Motivos internos, relacionados ao curso

Nesse grupo apareceram apenas duas categorias: relacionamento com professores/tutores e material pedagógico, o que demonstra a boa qualidade do curso e da entidade que o coordena. Outras dificuldades que poderiam surgir, como por exemplo, relacionadas a utilização do ambiente moodle, métodos de ensino fracos e gestão, não apareceram entre os motivos citados pelos cursistas.

a) Relacionamento com professores/tutores: o professor/tutor tem papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem a distância. Conforme Ramos (apud, MERCADO (ORG.), 2008, p. 185):

[...] o tutor passa a ser um elo entre o virtual e o real, tornando-se assim um gestor do conhecimento, que tem por objetivo estimular e articular o conhecimento, visando atingir a excelência e proporcionar o compartilhamento das informações, envolvendo assim a promoção das relações humanas e do uso da tecnologia voltada para a educação.

Logo, o professor/tutor deve ser capaz de organizar e gerenciar o trabalho em equipe, manter o interesse dos cursistas pelos temas abordados, precisa ter o domínio do conteúdo do curso para esclarecer dúvidas que possam surgir e auxiliar os alunos. Além disso, o professor/tutor também precisa ter características como “sensibilidade e iniciativa” (FLEMMING, LUZ e MESTRANDO, 2005 apud MERCADO (Org.), 2008, p. 186). Sensibilidade para perceber os problemas que surgem durante o curso em relação a conteúdos, seu relacionamento com cursistas, relacionamento cursistasXcursistas, entre outros e iniciativa para buscar soluções para esses problemas.

Giannasi et al (apud MERCADO (Org.), 2008, p. 188) destaca ainda, que o professor/tutor deve ter, além das qualidades já citadas, maturidade emocional, capacidade de liderança, bom nível cultural, capacidade de empatia, cordialidade e ser um bom ouvinte.

Nesta categoria apenas um cursista manifestou-se, justificando não ter sido compreendido pelo professor/tutor do curso em estudo, ao não

entregar seus trabalhos no prazo, por ter tido problemas com internet, desentendendo-se com o mesmo. Será que nesse caso em específico, esse problema realmente ocorreu, faltando ao tutor sensibilidade, ou faltou comprometimento por parte do cursista, já que a internet está à disposição em diversos locais, conforme já comentado anteriormente?

b) Material pedagógico: nesta categoria, surge outra questão que pode ser abordada em estudos próximos: será que a quantidade de leituras e atividades propostas para um curso desse nível, foi realmente muita, ou faltou organização e disciplina por parte dos cursistas para a realização das mesmas, a ponto de se mostrarem assustados, conforme as citações abaixo:

[...] e também por assustar-me quando abri o cd e tinha 14 trabalhos para fazer[...]

[...] as leituras eram muitas e o tempo bastante reduzido para fazê-las.

8 CONCLUSÃO

A EAD, impulsionada pelo rápido progresso das TICs, está ocupando, atualmente, um espaço significativo na formação dos profissionais da educação. Porém a evasão, nessa modalidade de ensino, vem se mostrando bem maior em relação aos cursos presenciais.

No documento “Referenciais para a formação de professores”, tanto a formação inicial, quanto a formação continuada constituem um processo permanente e contínuo, para que o professor desenvolva as competências necessárias, de forma a identificar e resolver questões que surgem no seu contexto de trabalho, de maneira autônoma. E, a EAD tem um papel importante nessa formação de um novo profissional que está surgindo, apoiada em dois pilares: o direito de acesso as TICs e as dificuldades em participar de cursos presenciais.

A princípio, a EAD foi utilizada como um recurso para a superação de deficiências na educação, porém hoje, com o auxílio das TICs, vem se ampliando e ocupando cada vez mais espaço como uma alternativa de formação.

Porém, para que essa modalidade de ensino seja significativa de maneira a construir conhecimentos, necessita de elementos mínimos para alcançar seus objetivos. São eles: o aluno; o docente/tutor; o processo de interação; a estrutura e a organização.

Como incentivo à formação de professores, nessa modalidade de ensino, o Governo Federal, através da SEED, vinculada ao MEC, que tem como missão, estimular a integração das TICs nas escolas públicas, tem ofertado vários cursos (programas e ações), de forma gratuita, aos profissionais da educação, como por exemplo, o Proinfantil, o ProInfo, o

ProInfo Integrado, o Pró – Licenciatura, o Pró – Letramento e o curso de Mídias na Educação, entre outros.

Apesar dos professores estarem cientes da necessidade da formação continuada e ter a sua disposição cursos gratuitos, em EAD, acabam interrompendo seus estudos antes de concluí-lo.

Essa pesquisa, que tem como tema “Formação de Professores: Cursos em EAD, por que evadir?”, buscou, justamente, investigar os motivos da evasão em um curso de Pós-Graduação, nessa modalidade de ensino, com uma amostra de 18 professores, todos da rede municipal de ensino de Portão/RS, com o objetivo de contribuir para que se possa criar estratégias visando diminuir esse problema.

Ao analisar as respostas dos questionários realizados com os cursistas, constatou-se que a maioria dos fatores são de origem externa ao curso, sendo os mais citados, a falta de tempo, domínio tecnológico, internet e domínio na área das mídias.

Quanto aos fatores internos, relacionados ao curso, notou-se um número pequeno de motivos, os quais estão vinculados a quantidade de leituras e atividades propostas e relacionamento com o tutor. Entretanto, esse motivos precisariam ser melhor investigados, pois podem estar associados a falta de características necessárias a um aluno de EAD, como por exemplo, organização, disciplina e comprometimento.

Pode-se perceber também, que muitos dos motivos das evasões, estão relacionados à concepção errônea ou superficial que os professores ainda possuem sobre a EAD, bem como os motivos que os levaram a se inscrever nesse curso, uma vez que muitos se matricularam simplesmente por curiosidade em ver como um curso nessa modalidade funciona, ou pensando apenas em obter promoção no trabalho, sem avaliar aspectos relacionados ao curso, como currículo e cronograma, para ver se teriam condições de concluí-lo, sem se preocupar com a melhoria da qualidade de sua prática pedagógica. Finalizando a pesquisa, verificou-se que a metade dos cursistas que evadiram da amostra pretendem realizar outros cursos de EAD.

Para evitar que os professores acabem evadindo por problemas, como os citados acima, seria interessante que, a entidade responsável pelo curso, tivesse condições de proporcionar aos alunos, principalmente para aqueles que desconhecem a EAD, um momento presencial, opcional, antes de se matricularem no mesmo, onde fossem trabalhados os seguintes aspectos: conceito de EAD, bem como suas vantagens e desvantagens; perfil do estudante de EAD; o conteúdo, a metodologia e a avaliação do curso; e por fim, os recursos tecnológicos, mínimos, necessários para o bom acompanhamento do curso.

Por fim, pode-se perceber que muitos professores ainda não estão preparados para essa modalidade de ensino, aliada ao uso das TICs.

“As mudanças na educação dependem, em primeiro lugar, de termos educadores maduros intelectual e emocionalmente, pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar” (MORAN, 2007, p. 28), o que falta a maioria dos profissionais da educação.

Logo,

Nosso desafio maior é caminhar para um ensino e uma educação de qualidade, que integrem todas as dimensões do ser humano. Para isso, precisamos de pessoas que façam essa integração, em si mesmas, do sensorial, intelectual, emocional, ético e tecnológico, que transitem de forma fácil entre o pessoal e o social, que expressem nas palavras e ações que estão sempre evoluindo, mudando, avançando. (MORAN, 2007, p. 29)

Quem sabe assim, o problema da evasão nos cursos de EAD minimize, alcançando um número maior de educadores, contribuindo cada vez mais para uma educação de qualidade que atenda as novas demandas que estão surgindo com os avanços das TICs.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Onília Cristina de Souza de. **Evasão em cursos a distância: validação de instrumentos, fatores influenciadores e cronologia da desistência.** 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília - Df, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/3912>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância.** 5. Ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2009. 115 p.

BRASIL. Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9610.htm>>. Acesso em 01 de out de 2010.

BRASIL/Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior. PORTARIA MEC nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>>. Acesso em 01 de out de 2010

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para a formação de professores.** Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000511.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2010.

BRASIL, Parecer CNE/CEB 41/2002, de 2 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2002. Seção I, p. 167.

BRASIL/Ministério da Educação. Portaria MEC nº 695, de 10 de set de 2004. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/camara/regimento.pdf>>. Acesso em 01 de out de 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 01 de out 2010.

BRASIL/ Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância. Portaria nº 10, de 02 julho de 2009. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 de out de 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Brasileira sobre educação:** dispositivos constitucionais, LDB, Fundeb, plano plurianual e outras normas federais. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2009. 428 p.

- BRITO, Gláucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um repensar**. Curitiba: Ibpex, 2006.
- DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 127 p.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 461 p.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A.. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MEHLECKE, Querte Teresinha Conzi; TAROUÇO, Liane Margarida Rockenbach. **Ambientes de suporte para educação a distância. A mediação para aprendizagem cooperativa**. Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v.1, n.1, 2003. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/twiki/pub/ObjetosDeAprendizagem/WebHome/querte_ambientes.pdf>. Acesso em 10 jan. 2011.
- MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (Org.). **Práticas de formação de professores na educação a distância**. Maceió: EDUFAL, 2008. 369 p.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- MORAM, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- CASTRO, Carmem Moreira de. **Referenciais de qualidade para cursos a distância**. MEC/SEED. Disponível em: <<http://www2.ufscar.br/ead/documentos/referenciaisdeEAD.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011
- PINHO, Sheila Zambello de (Org.). **Formação de educadores: o papel do educador e sua formação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 525 p.
- PINTO, Ibsen Mateus Bittencourt Santana. **Evasão nos cursos de educação a distância da UAB/UFAL**. Disponível em: <<http://repositorial.cuaed.unam.mx:8080/jspui/handle/123456789/1850>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- PONTE, João Pedro da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: Que desafios?. **Revista Iberoamericana de Educação: TIC na Educação**, OEI, n. 24, set. - dez. 2000. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie24a03.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2010.
- SANCHEZ, Fabio (Org.). **Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância**. 1 ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2005. 168 p.
- SANCHEZ, Fabio (Coord.). **Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância**. 4 ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008. 192 p.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2003.

WILGES, Beatriz et al. Sistemas multiagentes: mapeando a evasão na educação a distância. **Renote**: Novas tecnologias na educação, Porto Alegre, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/15193/8957>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

GLOSSÁRIO

E – MEC: sistema criado em 2007, para as IES fazerem a tramitação eletrônica de processos de regulamentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=136&Itemid=782>. Acesso em: 12 de dez de 2010.

E – TEC: Escola Técnica Aberta do Brasil - sistema lançado em 2007 com o objetivo de ofertar educação profissional e tecnológica na modalidade a distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12326&Itemid=665>. Acesso em: 12 de dez de 2010.

APÊNDICE: QUESTIONÁRIO APLICADO PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação

Curso de Especialização em Mídias na Educação – Pós-graduação *Lato Sensu*

Questionário realizado para análise de dados que fez parte da monografia intitulada: “Formação de Professores: Curso em EAD, por que evadir?”.

Data: _____

1. Qual o conceito que você tem sobre educação à distância?

2. Você participa ou participou de outros cursos à distância além deste analisado nesta pesquisa? Em que período foi?

3. Como foi seu desenvolvimento? Concluiu o curso? Se não, qual(quais) o(s) motivo(s) da desistência?

4. Por que se inscreveu neste curso, estudado nesta pesquisa?

5. Que motivos o levaram a interromper o curso?

6. Sente-se motivado a realizar outros cursos à distância? Por quê?
